

MIELOMENINGOCELE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

Jéssica da Rosa Machado¹

Nara Rosane Machado de Oliveira²

Claudete da Silva Lima Martins³

Francéli Brizolla⁴

Resumo:

O presente trabalho foi realizado no Componente Curricular "Processos de Ensino-Aprendizagem na Perspectiva da Educação Inclusiva", do Curso de Mestrado em Ensino (MAE) da UNIPAMPA (Campus Bagé), no qual foi elaborado um estudo de caso de uma criança diagnosticada com mielomeningocele, também conhecida como espinha bífida, uma doença que ocorre nos primeiros dois meses de gestação, caracterizada pela má formação congênita do tubo neural. Ele tem 10 anos de idade, do sexo masculino, atualmente está matriculado no quinto ano do Ensino Fundamental. Para tanto, foi realizado um estudo de caso, com a realização de observações, entrevistas e análise documental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças, situada no Município de Aceguá/RS. A partir deste estudo, buscou-se fazer relação com os estudos e leis que tratam sobre o assunto. O objetivo geral, portanto, foi investigar possíveis barreiras pedagógicas em relação ao planejamento didático-pedagógico para um estudante com tal característica, tendo em vista o paradigma da inclusão escolar.

Palavras-chave: Mielomeningocele; educação inclusiva; inclusão escolar; planejamento.

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

MIELOMENINGOCELE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

¹ Aluno de pós-graduação. rosanesilvadarosa@yahoo.com.br. Autor principal

² Aluno de pós-graduação. profenarita@gmail.com. Co-autor

³ Docente. claudeteslm@gmail.com. Orientador

⁴ Docente. franbrizolla@gmail.com. Co-orientador

MIELOMENINGOCELE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

RESUMO

O presente trabalho foi realizado no Componente Curricular “Processos de Ensino-Aprendizagem na Perspectiva da Educação Inclusiva”, do Curso de Mestrado em Ensino (MAE) da UNIPAMPA (Campus Bagé), no qual foi elaborado um estudo de caso de uma criança diagnosticada com mielomeningocele, também conhecida como espinha bífida, uma doença que ocorre nos primeiros dois meses de gestação, caracterizada pela má formação congênita do tubo neural. Ele tem 10 anos de idade, do sexo masculino, atualmente está matriculado no quinto ano do Ensino Fundamental. Para tanto, foi realizado um estudo de caso, com a realização de observações, entrevistas e análise documental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças, situada no Município de Aceguá/RS. A partir deste estudo, buscou-se fazer relação com os estudos e leis que tratam sobre o assunto. O objetivo geral, portanto, foi investigar possíveis barreiras pedagógicas em relação ao planejamento didático-pedagógico para um estudante com tal característica, tendo em vista o paradigma da inclusão escolar.

Palavras-chave: Mielomeningocele; educação inclusiva; inclusão escolar; planejamento.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em Inclusão Escolar, estamos falando em desafios, desafios esses que estão aumentando juntamente com o número de alunos incluídos no ambiente escolar em todo o país, o que significa um grande passo, mas por outro lado ainda há muito a ser melhorado, principalmente na estrutura das escolas para recebê-los e atendê-los de maneira plena.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), em vigor, tem como intuito:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem, continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; [...] (2008, p. 14)

O Brasil está num momento de intenso debate sobre a inclusão escolar e, com a implementação das políticas públicas, ficou ainda mais recorrente esse assunto, qual seja, a busca de uma educação para todos. Porém as dificuldades são inúmeras, pois isso tudo gera a necessidade de investimento material e financeiro, necessidade de formação continuada dos professores, acessibilidade, dentre outros fatores para a construção de uma Escola Inclusiva.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), um dos documentos mais importantes que trata sobre o assunto, o princípio da Escola Inclusiva seria:

(...) o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (1994, p. 5)

Tendo em vista que minha vivência enquanto educadora e as leis que amparam a inclusão escolar, percebo que ainda estamos num longo caminho rumo à educação inclusiva. Desafiada por tal situação, escolhi a Escola Nossa Senhora das Graças, situada no Município de Aceguá/RS, como campo de pesquisa para realizar um estudo de caso a respeito do tema e conhecer o dia-a-dia de um aluno público-alvo da Educação Especial, diagnosticado com mielomeningocele também conhecida como espinha bífida, uma doença que ocorre nos primeiros dois meses de gestação, caracterizada pela má formação congênita do tubo neural.

O aluno, denominado D, tem dez anos de idade e nasceu com mielomeningocele. Atualmente está no quinto ano do Ensino Fundamental, onde é acompanhado por uma professora titular e, no turno inverso, recebe atendimento semanal com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sem tutoria em sala de aula.

Este estudo tem como objetivo geral investigar as possíveis barreiras pedagógicas em relação ao planejamento e como objetivos específicos realizar análise documental e identificar as metodologias utilizadas em sala de aula e no AEE.

Falar nas barreiras significa tudo que impossibilita que uma criança com deficiência seja escolarizada, elas podem ser atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas/acessibilidade ou pedagógicas, esta última terá maior ênfase nesta pesquisa.

2 METODOLOGIA

Diante dos objetivos e dados expostos, pretendo fazer uma reflexão de como é o cotidiano escolar e o atendimento do aluno com deficiência incluído em sala de aula comum quanto no AEE, fazendo uma investigação das possíveis barreiras encontradas no planejamento para o aluno e se, de fato, ocorre a inclusão do mesmo em sala de aula.

A inclusão é uma provocação, cuja intensão é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula (MANTOAN, 2006, p. 16).

A inclusão ocorre quando existem ações que favoreçam o desenvolvimento de todos os alunos, uma escola que não faça seleção conforme suas diferenças, e sim valorize a heterogeneidade.

Para isso, foi realizado um estudo de caso, pois conforme Oliveira (2010, p. 57), este “possibilita observar e analisar aspectos variados da experiência, dos procedimentos, das atitudes, valores dos informantes pesquisados”.

Realizou-se em uma escola pública no Município de Aceguá, onde a mesma possui uma sala que conta com uma profissional do AEE que atende as três escolas do Município. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças atende alunos da Educação Infantil ao Ensino II.

A pesquisa, portanto teve como sujeito um estudante no qual será designado por D como forma de preservar sua identidade, diagnosticado com mielomeningocele e suas professoras da sala regular e do AEE, de uma escola pública da cidade de Aceguá/RS.

Os instrumentos utilizados foram: questionário (MARCONI; LAKATOS, 1999) com as professoras, além da observação da práxis pedagógica em sala de aula e na sala de AEE; a observação da adaptação do aluno perante as práticas pedagógicas oferecidas nas salas de aula; e análise do plano de trabalho adaptado, elaborado pela professora.

O estudo de caso foi realizado durante sete dias alternando por momentos em sala de aula regular e também no AEE, onde foi possível observar e coletar os dados que serviram para dar sentido ao objetivo desta pesquisa. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter investigativo, onde foi preciso descrever, analisar e interpretar os dados.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A criança deste estudo de caso, em consequência da doença, apresenta paraplegia dos membros inferiores, não tem sensibilidade da cintura para baixo, portanto, utiliza cadeira de rodas e não tem controle dos esfíncteres, o que leva ao uso de fraldas. Seu desenvolvimento cognitivo não condiz com sua idade cronológica, ele entende o que lhe é solicitado, fala de forma clara, mas ainda não está alfabetizado. O aluno interage bem com todos os colegas e funcionários, mostra-se muito alegre, tranquilo e amigo de todos.

Com o estudo de caso foi possível observar algumas barreiras pedagógicas, como no plano adaptado para D, onde o mesmo deveria ter um acompanhamento com atividades conforme o que se está trabalhando com a turma toda, mas adaptando de acordo com as habilidades e limitações do mesmo.

Algumas vezes isso foi feito, mas na maioria das aulas, foram realizadas atividades bem diferentes do que estava sendo proposto em aula; pude perceber o interesse da professora em auxiliá-lo, mas suas atividades eram focadas na alfabetização e raciocínio lógico, o que é imprescindível, mas as outras áreas eram pouco trabalhadas. Isso pode ser devido a professora estar sozinha em sala para dar conta da demanda, ter dificuldades para conseguir adaptar, pouco tempo ou, talvez, por desconhecer as questões teóricas ou, ainda, pela lacuna em formação continuada.

De acordo com Carvalho,

[...] professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade (2004, p. 27).

Constatei que as professoras da sala regular e AEE realizam um trabalho colaborativo responsável e com boa vontade, onde fazem reuniões para melhor atender esse aluno. Ele é muito bem recebido e tratado por todos e, a despeito das inúmeras necessidades de melhorias evidentes, existe um ambiente acolhedor e afetivo.

Para Carvalho “(...) as barreiras atitudinais não se removem com determinações superiores. Dependem de reestruturações perceptivas e afetivo-emocionais que interfiram nas predisposições de cada um de nós, em relação à alteridade” (CARVALHO, 2000, p. 77). Pelo que pode ser observado, D não sofre preconceito, rejeição, superproteção ou alguma outra atitude que leve a diminuir este aluno.

Sabe-se que as barreiras são inúmeras quando se fala em inclusão. Mas no caso em questão, foi possível perceber que as barreiras visíveis são de cunho pedagógico. Onde se faz necessária uma adaptação curricular e maior flexibilização frente às limitações e habilidades do aluno. Buscando metodologias para melhor atendê-lo, e que assim seja possível eliminar as barreiras que possam vir a impedir que o aluno incluído esteja na sala de aula regular com propostas que favoreçam a aprendizagem no ambiente escolar e também em contextos fora da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, pude concluir que as professoras da sala regular e do AEE possuem um papel importantíssimo no desenvolvimento desse aluno, pois ambas se preocupam e realizam um belo trabalho, tendo em vista as adversidades encontradas no dia-a-dia da realidade da escola elas conseguem auxiliar para que D sinta-se parte do contexto e de alguma maneira avance de acordo com suas possibilidades.

Diante do exposto e da minha caminhada enquanto educadora, fica a certeza de que devemos ter um olhar atento a todos os alunos, não existe e nem existirão turmas

homogêneas, é preciso que o professor pense nas consequências de suas ações e perceba se os objetivos estão sendo alcançados, isso tudo de acordo com as realidades encontradas em sala de aula.

Destaco que não pretendo aqui salientar as atitudes certas ou erradas com relação a inclusão de D nesta escola, mas sim como um caso de pesquisa sobre a inclusão escolar no nosso país que como se vê ainda tem um grande percurso a ser seguido até que se consiga uma educação de qualidade.

Através das vivências que tenho enquanto professora, percebo que ainda estamos longe do que almejamos. Mas é necessário que o professor esteja em constante formação e reflexão sobre a sua prática para que possamos realmente lutar por uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

_____. **Removendo barreiras de aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

OLIVEIRA, N. F. de. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Ed. Know How, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e suas Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.